

EDITORIAL

A escrita e a leitura também são práticas de resistência. É nesse lugar, precisamente, que se coloca a revista *Pró-discente*. Somos resistência nesse momento de golpe jurídico-parlamentar e midiático pelo qual o Brasil passa desde a construção do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff que se concretizou em 2016. Esse golpe continua sua efetivação até os dias atuais com a eleição, via processo democrático, de um candidato de extrema direita à presidência.

É nesse contexto de golpe que os conhecimentos e saberes vinculados às Universidades vem sendo sistematicamente questionados, e atacados, a partir de uma ideologia negativa (Heller, 2018) por meio da qual não se posiciona uma outra ideologia que seja coerente com o que se nega. Ao contrário, basta negar e dizer que não presta. Basta demonizar e criar uma narrativa de ódio. Essa é uma tendência que ganha força no mundo e não é diferente na América Latina e no Brasil. No Brasil vemos emergir projetos como o Escola sem partido e o projeto denominado de ideologia de gênero, como faces de uma mesma moeda: a construção do obscurantismo do saber e do conhecimento como forma de controle social, ou seja, a censura ao conhecimento crítico.

Tais projetos surgem quando vemos avançar na educação políticas públicas e práticas pedagógicas que se direcionam por um movimento de desnaturalização das relações assimétricas de gênero, de raça/etnia e de classe social. Nessas correlações de forças vemos crescer também a resistência dos setores conservadores da cena política brasileira (seja das igrejas católicas e neopentecostais, seja no parlamento, no judiciário e também na mídia).

Apesar de vermos essa resistência “negativa” ocorrer globalmente desde 1995, no Brasil teve seu início, de forma mais concreta, no ano de 2014, na questão de gênero, com a denominada ideologia de gênero por ocasião da aprovação do Plano Nacional de Educação. Nessa esteira, em 2015, o “Escola sem partido” toma a cena política do país. Desde então temos enfrentado situações diversas nas escolas e universidades desse país que buscam colocar em “xeque” uma escola com crítica, que discuta sobre equidade

social, de raça/etnia e de gênero; enfim, uma escola com liberdade de cátedra.

Os textos que ora são apresentados, já discutiam as questões de gênero e sexualidade desde 1996 e se colocavam como construção de um novo olhar sobre a sociedade e a retomada dos mesmos pela Pro-Discendente evoca essa história de resistência da revista a esse cenário de horrores e de trevas que temos vivenciamos no Brasil.

Abrimos essa edição com o texto, “A questão de gênero”, de Gerlinde Merklein Weber, que situa o gênero como categoria analítica intrinsecamente relacionadas às categorias classe social, raça e etnia e cultura. A autora problematiza: o sexo determina o gênero ou o gênero determina o sexo? Sua análise aponta para a relevância do conceito para a análise das relações sociais entre os sexos e convoca a escola a se tornar um espaço e tempo de resistência aos papéis sociais atribuídos a cada sexo.

Nessa linha de raciocínio, José Luiz de Paiva Bello, nos faz refletir sobre “A educação da mulher a perpetuação o da injustiça”. Crítico, revela como os processos educativos reproduzem os padrões sociais da sociedade capitalista e patriarcal.

Em “Campanhas educativas contra os preconceitos na deficiência mental e na AIDS/Homossexualidade - (Im)Possibilidades da Pedagogia”, um grupo de dez pesquisadores/as envolvidos diretamente com dois projetos de extensão desenvolvidos no então Centro Pedagógico: “Aceitando as diferenças, somos iguais” e o “Escute o grito – aconselhamento aos sexualmente discriminado”. A partir das experiências tecidas nos cotidianos dos projetos e dos pressupostos teóricos de Crochic (1995 a; 1995 b; Gama e Jesus (1994); Costa *et al* (1992) e Adorno (1965), os/as autoras, analisam em que medida a Pedagogia minimiza os preconceitos acerca da deficiência intelectual e das pessoas soropositivas.

Já o texto publicado em 1996: “Gênero: questões educacionais - algumas reflexões”, produzido por Andrea Souza Carmo Pignaton, aborda, em tempos onde ainda era precoce no Brasil os estudos de gênero relacionados aos processos educacionais. A autora problematiza as influências do gênero no desempenho escolar. As conclusões apontadas pela autora são dignas de nota.

Elda Alvarenga, no artigo “Marxismo e feminismo: um encontro possível”, relaciona os estudos feministas à teoria marxistas e demonstra como estas podem dar sustentação às diversas teorias feministas na luta contra a opressão imposta às mulheres.

No último artigo desta edição, “Sexualidades e educação: modernidade e produção de poder moral”, de Nilton Poletto Pimentel, posiciona a homossexualidade

como condição moderna de classificação dos humanos, para melhor atender aos interesses de classe.

Desejamos uma leitura que contribua para o momento de resistência para o qual precisamos estar preparados/as.

Prof^a. Dr^a. Elda Alvarenga¹

Prof^a. Dr^a. Erineusa Maria da Silva²

¹ Possui graduação em Pedagogia (1996), mestrado em Educação (2004) e doutorado em Educação (2018) pela Universidade Federal do Espírito Santo, cuja tese de doutoramento, intitulada “A inserção das mulheres no magistério capixaba: Desdobramentos possíveis no trabalho docente no estado do Espírito Santo (1845-1920)”, foi eleita pela Secretaria de Cultura do governo estadual, na categoria “Textos históricos sobre o Espírito Santo (2018)”. Atualmente é professora da Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, gênero, formação de professores, diversidade sexual; história das mulheres e pesquisa educacional. É membro do Núcleo capixaba de pesquisa em história da educação - PPGE/Ufes (Nucaphe) e do Núcleo de pesquisa em gênero e sexualidades (Nupeges). E-mail: eldaalvarenga@uol.com.br

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na UFES, na linha de pesquisa Educação, formação humana e políticas públicas. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (1996). Possui graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (1990) e graduação em Direito pelo Centro Universitário de Vila Velha (2003). Especialista em Direito do Trabalho, Previdência e Processo do Trabalho (2005-2007). Atualmente é professora na Universidade Federal do ES e coordena o curso de Licenciatura em Educação Física do CEFD/UFES. Coordena os cursos de extensão “Cuidadores que Dançam” e o “CriaDança” pelo curso de Licenciatura em Educação Física do CEFD/UFES. É professora pesquisadora no Centro de pesquisa em formação inicial e continuada em educação física (Práxis) do Centro de Educação Física e Desportos e no NEPE - Núcleo de Estudos em Políticas Educacionais pelo Centro de Educação, ambos na Universidade Federal do Espírito Santo. É coordenadora e pesquisadora do NUPEGES - Núcleo Interinstitucional de Pesquisa em Gênero e Sexualidades - Ufes/Estácio. É membro da Comissão de Direitos Humanos Cida Barreto da Ufes e do Comitê Político da Conferência de Ações Afirmativas da Ufes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase nos seguintes temas: Trabalho Docente, formação docente, política educacional, estudos de gênero. E-mail: erineusams@yahoo.com.br